

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.274 - PR (2019/0196230-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI**
AGRAVANTE : **CHRISTIANE MARIA RAMOS GIANNINI**
AGRAVANTE : **ASSOCIACAO DE DEFESA DA CIDADANIA**
AGRAVANTE : **INSTITUTO DE ESTRATEGIAS EMPRESARIAIS**
ADVOGADO : **NORIYASSU KAWAHARA SETO TAKEGUMA - PR033241**
AGRAVADO : **OSMÁRIO ACHILLES MULLER**
AGRAVADO : **JAQUELINE DE PAULA MULLER**
ADVOGADOS : **JOSE VALTER RODRIGUES - PR015319**
 DIOGO ZELAK AGOTTANI - PR081424

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015 APLICADA. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PRÉVIO À INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER OUTRO RECURSO. AUSÊNCIA.

1. Nos termos do §5º do art. 1021, *a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no §4º, à exceção da Fazenda Pública e ao beneficiário da justiça gratuita que farão o pagamento ao final.*

2. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com determinação.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI E OUTROS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem em sede de agravo interno, que restou assim ementado:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. CONCESSÃO PARCIAL DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. INCONFORMISMO. RAZÕES DE RECURSO INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO. AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. VOTAÇÃO UNÂNIME. MULTA DE 1% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. ART. 1.021, § 4.º DO MESMO CÓDIGO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. É manifestamente improcedente o agravo interno destituído de razões com densidade suficiente para se contrapor aos fundamentos da decisão agravada.

2. Recurso conhecido e julgado improcedente, à unanimidade de votos, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, §§ 4.º e 5.º, do CPC vigente. (e-STJ fl. 317).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem, à unanimidade, desproveu o agravo interno dos recorrentes por considerá-lo manifestamente improcedente, aplicando multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, com fulcro no § 4º do art. 1.021 do CPC/15 (e-STJ fls. 316/320).

Compulsando os autos, verifica-se que o recurso especial foi protocolizado desacompanhado do comprovante de pagamento da multa fixada.

Nos termos do §5º, do referido artigo, "a interposição de qualquer recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no §4º, à exceção da Fazenda Pública e ao beneficiário da justiça gratuita que farão o pagamento ao final".

Assim, ante a ausência de comprovação do pagamento da multa imposta, inviável o conhecimento do recurso. Nesse sentido: EDcl no AgInt no AREsp 1.125.912/RJ, 3ª Turma, DJe de 09/03/2018; EDcl no AgInt nos EDcl no AgInt nos EDcl no AgRg no Ag 1.239.068/RJ, 4ª Turma, DJe de 25/10/2017; EDcl no AgInt no AREsp 604.595/RS, 3ª Turma, DJe 06/12/2016; e EDcl no AgRg no AREsp 835.942/SP, 4ª Turma, DJe 23/06/2016.

- Do pedido de gratuidade de justiça

O pedido de concessão da gratuidade de justiça, nos termos do art. 99 do CPC/15, pode ser feito a qualquer tempo, tendo como justificativa a alteração da situação financeira da parte.

Ressalta-se, contudo, que esta Corte perfilha o entendimento de que o benefício da assistência judiciária gratuita, conquanto possa ser requerido a qualquer tempo, não retroage para alcançar encargos processuais anteriores (AgInt no AREsp 1.410.995/GO, 3ª Turma, DJe 30/08/2019; EDcl no AgInt no AREsp

1.182.325/RJ, 4ª Turma, DJe 25/10/2019; AgInt no AREsp 1.215.154/RJ, 1ª Turma, DJe 24/10/2019).

Ademais, observa-se que o pedido de gratuidade de justiça veio desacompanhado de qualquer documento que comprove a alteração da situação econômica dos recorrentes, razão pela qual é necessária a sua intimação para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 99, § 2º, do CPC/15.

Forte em tais razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15 c/c 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Quanto ao pedido de gratuidade de justiça, INTIME-SE os recorrentes para que no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 99, §2º, do CPC/15, comprovem o preenchimento dos pressupostos legais, sob pena de seu indeferimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora